

Campanha
Brasileira
Contra a ALCA
e Via Campesina
(Organizadores)

OMC
10 anos
bastam!

Ações e
estratégias
rumo a
Hong Kong



EXPEDIENTE

OMC: 10 Anos BASTAM

AÇÕES E ESTRATÉGIAS RUMO A HONG KONG

Capa: Foto - arquivo Jubileu Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciane Udovic Bassegio

Impressão: Gráfica CCJ

junho de 2005

Autores: Adhemar Mineiro, Clarisse Castro, Fátima Mello, Gonzalo Berrón, Maisa Luisa Mendonça, Maité Llanos, Maureen Santos.

Apoio: Jubileu Brasil, Via Campesina, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Rede de Ação e Pesquisa sobre a Terra, Rebrip, Pacs, Grito dos Excluídos Continental, Campanha Continental Contra a ALCA, SOF/REF - Rede de Economia Feminista.

Informações

Secretaria da Campanha Brasileira contra a Alca

Rua Dr. Neto de Araújo, 168 - VI. Mariana - São Paulo/SP

CEP 04111-000 / Fone: 11 5572-1518

e-mail: jubileubrasil@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Desde sua criação em 1995, o principal papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido expandir seu poder de regulamentação em 147 países, o que significa exercer grande influência no cotidiano de milhões de pessoas. Apesar de difundir a ideologia do “livre comércio”, a OMC possui uma complexa estrutura de regras utilizada na defesa dos interesses de grandes multinacionais. A abrangência dos acordos contidos na OMC vai muito além de temas relacionados ao comércio internacional.

Algumas dessas regras estão contidas no acordo conhecido como TRIPS (Trade-Related Intellectual Property Rights), que regulamenta a propriedade intelectual. Esse acordo possui uma abrangência maior do que a maioria das leis de patente dos países-membros da OMC e beneficia principalmente as poderosas

indústrias farmacêuticas norte-americana e europeia. A concentração do controle de patentes por meia dúzia de multinacionais, na área de biotecnologia, é considerada hoje uma terceira fase no processo de colonização, iniciado no período das conquistas territoriais, durante os séculos XV e XIX, e passando pelo controle dos mercados financeiros nas últimas décadas.

Países como Brasil e África do Sul questionaram o TRIPS para garantir o direito de fabricar medicamentos genéricos. Essa questão tem sido debatida desde que os Estados Unidos processaram o Brasil por fornecer remédios genéricos para o tratamento do vírus HIV. A vitória brasileira nesse caso abriu um importante precedente contra as regras de patente na OMC. Mas, atualmente, a proposta estadunidense só inclui a quebra de patentes em casos de crise de saúde pública e limita a lista de medicamentos para o tratamento da AIDS, da malária e da tuberculose. Mesmo com essa limitada possibilidade, raramente as patentes são quebradas, pois os grandes laboratórios exercem forte influência sobre os governos.

Os acordos da OMC representam também um grande risco para a soberania alimentar de comunidades rurais, através da possibilidade de grandes empresas controlarem patentes de recursos genéticos e conhecimento tradicional indígena em relação, por exemplo, à produção de grãos nativos como milho, arroz e feijão.

Outro tema polêmico é a abertura dos setores de serviços para empresas estrangeiras, através do acordo chamado GATS (General Agreements on Trade in Services). O resultado dessa política, representada principalmente pelo processo de privatização de serviços públicos, foi o aumento do desemprego e a diminuição de investimentos em setores estratégicos da economia. Esse acordo representa ainda um grande perigo para a garantia de direitos fundamentais, como saúde e educação.

O chamado “livre comércio” criou também regras estritas contra o controle do Estado a investimentos externos, inclusive contra a possibilidade de os governos estabelecerem leis de proteção ao meio ambiente e ao bem-estar social que possam afetar os lucros dos investidores.

Os acordos de livre comércio não são implementados de forma equilibrada entre países do Norte e do Sul. Por esse motivo, as negociações da OMC vivem sob ameaça de fracasso. As únicas possibilidades de se evitar um novo impasse dentro da OMC seriam: (1) se os países industrializados deixassem de proteger suas indústrias, sua agricultura e suas economias; ou (2) se os países periféricos se submetessem, definitivamente, às regras dos mais fortes. Diante desse dilema e dos crescentes protestos de organizações sociais, a OMC dificilmente terá condições de superar sua crise de credibilidade.

A reunião ministerial realizada em Cancun, México,

de 9 a 13 de setembro de 2003, foi considerada um fracasso por setores conservadores e um sucesso por movimentos sociais. O lema das organizações que prepararam os protestos em Cancun era “tirar a OMC dos trilhos”—o que realmente ocorreu.

Esse não era o objetivo do representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, que na véspera da reunião anunciou, “Queremos resultados ambiciosos, não estamos aqui para conseguir apenas um acordo no papel. Queremos abertura de mercados”. Porém, os EUA saíram da reunião sem motivos para comemorar.

Os movimentos sociais reconheceram a importância do conflito gerado na negociação sobre agricultura, onde o chamado G-20 resistiu às imposições dos Estados Unidos e União Européia para que os demais países abrissem seus mercados para produtos industriais e serviços, sem abrir mão da abertura dos seus próprios mercados aos produtos agrícolas do sul. Esse grupo concentra 63% dos produtores agrícolas do mundo e é formado por mais de 20 países, entre eles Brasil, México, Argentina, Índia, China, África do Sul e Egito.

Apesar de sua relevância nas negociações de Cancun, a agenda do G-20 prioriza acesso a mercados e não inclui propostas para o fortalecimento do mercado interno, do desenvolvimento rural e da soberania alimentar. Nesse contexto o grande vilão é o subsídio, mas não se questiona problemas causados por

monopólios agrícolas e pelo modelo de produção voltado para o mercado externo .

“Defendemos o direito e o dever dos Estados em apoiar e promover seu próprio setor agropecuário, especialmente a agricultura camponesa, porque dela dependem a qualidade de vida de amplos setores da população, o equilíbrio territorial e ambiental, e a capacidade de definir suas prioridades e estratégias comerciais”, explica a Via Campesina.

O aumento das exportações não significa melhores condições de vida no campo. Com a implementação do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), o México triplicou suas exportações agrícolas e, ao mesmo tempo, três milhões de camponeses foram arruinados. Atualmente, a produção mexicana de milho é controlada por grandes multinacionais. Na Ásia, a exportação de arroz é dominada pela Cargill que, junto com a General Foods e a Nestlé, controla cerca de 70% do mercado internacional de alimentos.

A destruição da economia rural promovida por políticas de “livre comércio” tem gerado uma nova forma de protesto, como no caso do agricultor coreano Lee Kyung Hae, que tirou a própria vida durante a manifestação contra a OMC em Cancun. Ao contrário da imagem de desespero ou desequilíbrio difundida pela mídia conservadora, o gesto de Lee representa um sacrifício consciente contra a opressão de milhares de camponeses. Desde a criação da OMC, cerca de 600

mortes têm sido registradas por ano na Índia. Os camponeses preferem morrer a ver suas terras confiscadas por não conseguirem cobrir os custos da produção, principalmente em períodos de seca. Por essa razão, o principal lema das manifestações em Cancun passou a ser “A OMC mata camponeses”.

A tentativa de privilegiar os interesses de empresas multinacionais não acontece somente nas negociações agrícolas. Os Estados Unidos e a União Européia buscam também a privatização e o enfraquecimento do setor público através de acordos sobre serviços, investimentos e compras governamentais. Mais de 70 países, liderados pela Malásia, Índia e Tailândia, formaram um bloco de oposição capaz de bloquear essas negociações em Cancun. O Brasil não participou desse grupo, já que o governo propôs negociar esses temas na OMC como forma de evitar sua inclusão na agenda da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Para a Campanha Brasileira contra a ALCA, a propaganda do “livre comércio” representa uma perigosa armadilha. Após a realização de um plebiscito popular com mais de 10 milhões de votos contra a participação do Brasil na ALCA, a campanha reivindica que o governo defenda os reais interesses do povo brasileiro.

Por isso, é muito importante que as organizações brasileiras participem das mobilizações contra a próxima reunião ministerial da OMC, que será realizada em

dezembro de 2005, em Hong Kong. Em preparação para essa reunião, ocorrerão diversos momentos de negociação entre os países, que precisam ser acompanhados de perto pela sociedade. O que está em jogo é a possibilidade de nosso país definir os rumos de sua economia, seu modelo de desenvolvimento e seu próprio futuro como nação soberana.

No caminho até Hong Kong, a Campanha Brasileira Contra a ALCA reforçará as mobilizações contra as políticas propostas pela OMC e, ao mesmo tempo, fará avançar o debate sobre propostas alternativas de integração. Consideramos que processos soberanos de integração entre os povos possam originar um forte movimento contra-hegemônico e anti-imperialista. Por este motivo, esta cartilha apresenta sugestões para a construção de alternativas de integração voltadas às necessidades e interesses dos povos.

1

O que é a Organização Mundial do Comércio - OMC

A OMC é uma organização multilateral autônoma, dentro da órbita da Organização das Nações Unidas, que tem como objetivo central constituir-se em fórum de negociação de acordos internacionais, caracterizar-se como instrumento de administração e fiscalização desses acordos e estabelecer-se como sistema para a solução de controvérsias internacionais. Visa à regulação do comércio mundial.

Entretanto, mesmo sendo parte da ONU, suas decisões têm pouca relação com aquilo que a Assembléia Geral decide. Assim como outras organizações do sistema ONU, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a OMC é uma coleção de tratados que as nações assinam voluntariamente. Dos 191 países que fazem parte da ONU, 147 pertencem também a OMC.

A OMC é a “filha” de “terceira geração” do sistema multilateral de “regulação econômica”, emergente no período pós-guerra, no final dos anos de 1940. Sua mais antiga antepassada é a Organização Internacional do Comércio (OIC), que não conseguiu funcionar, mas deu origem ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) para a “administração” das regras e dos fluxos de comércio.

O GATT funcionou até 1994, finalizando suas rodadas de negociação durante a chamada Rodada Uruguai, que havia começado em 1986. Em 1995, foi criada então a

OMC, junto com a assinatura de outros acordos setoriais envolvendo Serviços (GATS), Investimentos (TRIMs) e Propriedade Intelectual (TRIPs). A partir da Rodada Uruguai, iniciou-se um processo de mudança nas legislações internas dos países membros, que pudessem ter efeito sobre o comércio internacional. O Brasil participou desse processo desde sua origem. Foi um dos 23 países presentes nas reuniões para a criação da OIC (Genebra, 1947) e um dos primeiros signatários do GATT.

2

A natureza neoliberal da OMC: Seu objetivo é a liberalização irrestrita dos mercados



Apesar de sua natureza aparentemente “administrativa”, o objetivo político da OMC é a progressiva liberalização do comércio mundial. Ou seja, a progressiva derrubada de “obstáculos” à livre circulação não só de produtos agrícolas e industriais, mas também de investimentos, serviços, fornecedores dos governos e garantias à propriedade intelectual.

A ideologia da OMC se baseia na idéia enganosa de que existiria uma relação direta entre essa abertura comercial desenvolvimento das nações. Porém, dados da própria ONU sustentam uma tese contrária. A UNCTAD (Conferencia das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento) tem publicado vários estudos, demonstrando que, em muitos países do Hemisfério Sul, a onda de liberalização comercial dos anos 90 acabou com as poucas chances que tinham de se desenvolver.

Esse fato é sustentado pela própria história dos países industrializados, como Estados Unidos, Japão e União Européia, onde houve uma forte intervenção do Estado na economia, além de controle sobre fluxo comercial e financeiro, o que possibilitou seu desenvolvimento econômico.

3

Liberar para quem?



Partindo do princípio que o conceito de “livre comércio” é ideológico, a quem serve esse “pacote” ideológico? A liberalização do comércio e a progressiva imposição de regras que garantam a “segurança jurídica” para investimentos, serviços e propriedade intelectual beneficiam justamente aquelas empresas que são “competitivas” no mercado mundial. Estamos falando fundamentalmente das corporações multinacionais, grandes laboratórios farmacêuticos, empresas de telefonia, bancos, montadoras de carros, grandes frotas pesqueiras, petroleiras, etc. A chamada “abertura comercial” permite a livre circulação de seus produtos.

Essas empresas influenciam governos através de apoio a campanhas eleitorais, de poderosos lobbies, e de propaganda de sua ideologia, através de grandes empresas de comunicação, de universidades e do financiamento de “formadores de opinião qualificados”, que trabalham na implantação da hegemonia neoliberal e na modelagem das políticas públicas de nossos governos.

Essas empresas visam controle político e econômico em nossos países, através da expansão dos mercados,

de garantias aos direitos dos “investidores”, e do controle sobre recursos naturais. Essa agenda opõe-se a uma política voltada para o desenvolvimento autônomo das nações, com igualdade econômica e social.

Os povos da América Latina conhecem essas políticas e demonstraram isso com sua resistência à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acordo que vem sendo negociado desde 1994. A OMC apresenta a mesma agenda da ALCA. Por isso, é necessário criar uma grande mobilização no nosso Continente, para barrar as negociações da OMC.

4

O mito do multilateralismo democrático



Muitos países em desenvolvimento acreditam que negociações multilaterais oferecem melhores oportunidades, pelo fato de poderem se unir para defender seus interesses. Nas negociações bilaterais ou bi-regionais, as assimetrias entre os países são maiores e o poder de barganha das economias pobres fica menor.

Na prática, a democracia formal do multilateralismo e o uso do consenso como método para o avanço das negociações na OMC escondem um mecanismo baseado na pressão dos países mais fortes para “destravar” os impasses.

A história da OMC mostra isso. Antes da reunião ministerial de Cancun (Setembro de 2003), foi criada uma “sala verde”, onde o Diretor Geral promovia reuniões com atores chave para chegar a entendimentos, que depois eram impostos ao restante dos membros. Hoje,

funciona o chamado “processo das cinco partes interessadas” - conformado pelos Estados Unidos, Europa, Índia, Brasil e Austrália, que se reúne de modo informal, mas com regularidade, para fazer avançar as negociações. Foi o funcionamento desse mecanismo que devolveu a OMC “aos trilhos” depois do impasse nas negociações em Cancun.

Existe também o mecanismo das mini-ministerias, ou reuniões de cerca de 30 ministros de comércio, para avançar em temas específicos. Esse conjunto de mecanismos informais é fundamental para os países mais fortes poderem exercer pressão e “compra” de apoio dos países mais vulneráveis.

5

A “Agenda Corporativa” da OMC

Após os impasses na Ministerial de Cancun, em setembro de 2003, o Conselho Geral da OMC se reuniu em julho de 2004, e criou o “Pacote de Julho”, para retomar as negociações. O “Pacote de Julho” busca desenvolver um conjunto de objetivos mais reduzidos para um esboço de acordo, de modo a tentar fazer a discussão avançar por uma trilha de “menor resistência”, tentando colocar como centro do debate discussões sobre acesso a mercados em agricultura (tema visto como o central nesta rodada da OMC), produtos não-agrícolas (tratados por sua sigla em inglês, NAMA – Non-Agricultural Market Access) e serviços, além de seguir forçando por mais garantias na área de propriedade intelectual. Em

função desse desenho, alguns temas foram colocados “na geladeira” e não serão discutidos nesta etapa. Entre eles, destacam-se compras governamentais, investimentos e política de concorrência.

Agricultura

O centro da discussão nesta fase é a ampliação do acesso a mercados na área de agricultura—uma demanda forte dos principais países exportadores de produtos agrícolas ou agro-industriais, expressando os interesses do agronegócio. Para conseguir esse objetivo, é necessário reduzir tarifas para importação e reduzir apoio interno aos produtores locais, como forma de garantir uma maior capacidade competitiva para empresas exportadoras.

Os apoios domésticos à produção agrícola (subsídios, financiamentos, assistência técnica, apoio para desenvolvimento tecnológico, etc.) e a redução de tarifas são temas centrais na discussão. As dificuldades parecem ser tão grandes nesses pontos, que estão sendo tratados diretamente pelos ministros dos países “mais interessados”, na forma de reuniões mini-ministeriais, antes da Ministerial de Hong Kong, que será em dezembro de 2005. antes da Ministerial de Hong Kong, que será em dezembro de 2005.

Bens Industriais (NAMA)

As discussões sobre Bens Industriais sempre foram importantes nas rodadas de liberalização comercial, por serem produtos de maior interesse aos países desenvolvidos. Esse acordo passou a ser conhecido nos últimos anos por sua sigla em inglês, NAMA (Non-Agricultural Market Access, ou Acesso a Mercados de Produtos Não-agrícolas).

No atual estágio da economia mundial, a discussão sobre acesso ao mercado de bens industriais tem uma importância especial, na medida em que empresas transnacionais organizam suas linhas de produção em escala global, aproveitando-se de vantagens específicas em diferentes países (como incentivos fiscais, baixo custo de mão de obra, acesso a matérias primas e energia, infra-estrutura adequada e/ou barata). O impacto dos diferentes níveis tarifários é fundamental na organização dessas empresas.

Acesso a mercados é, por natureza, uma discussão sobre níveis tarifários e diminuição de tarifas. No momento, as negociações sobre acesso a mercados de bens industriais se concentram em discussões sobre reduções tarifárias e seus impactos nos diferentes países. Uma vez definida a fórmula, todos os países terão de utilizá-la em seus cálculos de redução tarifária. Também estão sendo considerados temas relativos ao tratamento para tarifas não-consolidadas, preferências comerciais para parceiros específicos, e barreiras não-tarifárias, entre outros.

Os países desenvolvidos, representados principalmente por Estados Unidos, União Européia e Japão, defendem cortes expressivos nas tarifas de importação, chegando até a propor tarifa zero para alguns setores como o automotivo, químico e eletroeletrônico. Esta proposta inviabiliza qualquer pretensão de países periféricos de diversificar suas indústrias ou mesmo de se industrializar.

As discussões sobre esse tema, assim como sobre serviços, dependem do andamento das negociações sobre agricultura. No caso brasileiro, por exemplo, o governo deixa claro que somente concordará com algum

tipo de redução tarifária para produtos manufaturados quando perceber ganhos reais para o setor agrícola.

Serviços

A negociação sobre serviços é diferente das outras negociações comerciais que dizem respeito à tarifas e mercadorias. No âmbito da OMC, esta é realizada através do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), que teve sua origem ainda durante o funcionamento do GATT. Devido à dificuldade em se definir o que é um serviço, as negociações foram divididas a partir de quatro modos de prestação: Modo 1 ou serviços transfronteiriços, o consumidor do serviço não sai do seu país (por exemplo, venda através da internet); Modo 2 ou consumo no exterior (turismo) ; Modo 3 ou presença comercial, quando uma empresa estrangeira se instala para oferecer um serviço, e; Modo 4 ou movimento temporário de pessoas físicas, presença de profissional estrangeiro em um país para oferecer o serviço, por exemplo um engenheiro que vem fazer consultoria no Brasil.

Atualmente, o GATS está numa etapa de revisão de ofertas. O Brasil apresentou ofertas em serviços financeiros, transporte marítimo, serviços de engenharia, courrier (transportadoras, correios, etc.), turismo, hotelaria e restaurantes, serviços fotográficos, empacotamento, transporte, entre outros.

Os países desenvolvidos fazem grande pressão sobre os países em desenvolvimento para que assumam compromissos no GATS, porque as grandes empresas multinacionais de serviços querem ampliar sua área de atuação e seus lucros. Também porque, para as outras negociações como em agricultura e em bens não agrí-

colas (NAMA) terem sucesso, essas empresas precisam controlar certos setores estratégicos, como serviços de transporte e alfandegários, por exemplo.

As negociações do GATS visam garantir a consolidação de acordos no âmbito internacional que inviabilizariam a implementação de políticas de desenvolvimento nacional. Os países que tentarem cancelar os compromissos estabelecidos sofreriam processos e teriam que pagar altas indenizações, ou sofreriam retaliações em outras áreas como agricultura. Por outro lado, como a dinâmica da liberalização trata serviços como mercadorias, o grande risco seria o de serviços essenciais como água, esgoto, saúde, educação e energia deixarem de ser considerados direitos da população, pois a OMC trata esses direitos como “bens comercializáveis”. Há também preocupações com a integridade cultural e a segurança nacional, caso esse acordo seja implementado.

Propriedade Intelectual

No “Pacote de Julho”, também foi confirmado o comprometimento dos membros da OMC no progresso das negociações do TRIPs (sigla em inglês para Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio). Entende-se por TRIPs o acordo estabelecido na Rodada do Uruguai do GATT, que tem como objetivo estabelecer uma referência para as negociações multilaterais relacionadas com propriedade intelectual.

As discussões sobre o acordo giram em torno das pressões exercidas por grandes empresas do setor farmacêutico, de software e de semicondutores, que querem, além da adesão aos acordos, que se regulamente seu cumprimento através de mudanças nas leis nacionais.

Organizações sociais argumentam que a propriedade intelectual se contrapõe ao direito à vida, já que patentes de medicamentos representam um dos principais pontos dessa agenda. Preocupados com a forte pressão das empresas farmacêuticas de países desenvolvidos, e com os rumos da saúde pública, os países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, conseguiram incluir na Declaração de Doha um parágrafo que ressalta que o TRIPS deve ser implementado e interpretado em concordância com os interesses de saúde pública. Outro ponto polêmico é o parágrafo 6 da Declaração, que propõe que países que não produzem medicamentos importem genéricos produzidos por meio da quebra de patentes em outros países.

Facilitação de Comércio

Sob esse título, discutem-se vários temas que têm como objetivo facilitar os fluxos de comércio. Alguns dos pontos centrais são a facilitação do sistema de passagem de mercadorias por fronteiras e portos, desembaraço aduaneiro, informatização de procedimentos, etc. Também se discute “assistência técnica” por parte do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial, através de projetos que possam servir para a “modernização” aduaneira.

6

O Brasil nas negociações



O governo brasileiro considera as negociações da OMC uma prioridade, pois avalia que no âmbito multilateral a correlação de forças seria mais favorável que no âmbito

da ALCA ou bi-regional. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, na OMC o Brasil poderia construir alianças com outros países em desenvolvimento que têm peso na política internacional.

Este foi o caso da aliança criada no G20, por ocasião da reunião ministerial da OMC realizada em Cancun. O G20 é composto pelos seguintes países: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela.

O G20 adotou duas linhas de atuação. Uma delas, ligada ao questionamento da forma como as decisões são tomadas no âmbito da OMC, onde os países ricos, principalmente União Européia e EUA, se reúnem a portas fechadas e decidem a agenda, os textos-base e os temas prioritários. O G20 foi bem sucedido neste aspecto porque deu visibilidade e força ao incômodo que este grupo de países sentia em relação ao processo decisório, e conseguiu produzir um "empate" no rolo compressor dos países mais poderosos.

A segunda linha de atuação do G20 está ligada a sua agenda, que reúne desde os interesses do agronegócio exportador do Brasil até os interesses da Índia de defender seus pequenos agricultores das ameaças representadas pelos processos de liberalização e transnacionalização da agricultura. A agenda do G20 girava em torno da ampliação no acesso a mercados para o agronegócio, eliminação de subsídios à exportação, e tratamento especial e diferenciado que levasse em conta as necessidades de desenvolvimento rural. Esta agenda

refletia uma aliança entre os países do G20, em especial Brasil e Índia. No entanto, desde Cancun tem sido um desafio permanente a tentativa de manutenção do pilar de tratamento especial e diferenciado (que diz respeito à proteção e incentivo à agricultura familiar e camponesa) no mesmo patamar dos demais pilares (relacionados aos interesses do agronegócio exportador).

Nesse ponto, a estratégia negociadora do atual governo brasileiro segue um padrão muito similar ao de governos anteriores: a prioridade se concentra na tentativa de ampliação do acesso a mercados para as exportações do agronegócio. Tanto no caso de Cancun como no caminho para a reunião ministerial de Hong Kong, enquanto as negociações agrícolas estiverem bloqueadas, os negociadores brasileiros resistem a debater o resto da agenda. Entre as organizações e movimentos sociais brasileiros existe um grande temor de que, ao menor sinal ou promessa dos países do Norte de aceitarem debater o desbloqueio das negociações agrícolas, acenando com migalhas de atendimento aos interesses do agronegócio, os negociadores brasileiros decidam concordar com as regras propostas pelos Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá em relação aos demais temas (bens industriais, serviços, etc.). Ou seja, se for apresentado ao Brasil um “pacote” – no jargão usado pelos negociadores – onde estejam incluídos agricultura e acesso a mercados junto com investimentos, compras governamentais, políticas de concorrência, facilitação de comércio, NAMA/bens industriais e ampliação do escopo do GATS (o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços), corre-se o risco de que o Brasil aceite a barganha.

Uma das questões centrais para os movimentos sociais brasileiros em relação à agenda da OMC, portanto, é a disputa a nível nacional entre o modelo de agricultura camponesa (baseado na diversificação, na agroecologia, e voltado ao abastecimento interno) e o modelo representado pelo agronegócio exportador (voltado para o mercado externo, agrotóxicos, transgênicos e apoio a grandes empresas agrícolas).

7

A luta contra a agenda neoliberal da OMC

Diante da ofensiva dos acordos comerciais, a resposta dos povos não demorou a chegar. O primeiro desafio foi acabar com o sigilo das negociações. A primeira grande batalha se deu em 1998, contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Esse acordo visava liberalizar os investimentos, oferecendo facilidades aos capitais para transitarem livremente pelo mundo, sem controle dos Estados e a favor das transnacionais e fundos de pensão. As organizações sociais foram vitoriosas, fazendo com que o AMI tivesse que se tornar público e as negociações fossem adiadas para a Rodada do Milênio da OMC, em Seattle em 1999.

A “Batalha de Seattle” foi uma mostra explícita dos verdadeiros propósitos da OMC e da oposição popular à suas políticas. A grande mobilização nas ruas de Seattle, somada à revolta dos países em desenvolvimento e aos fortes desacordos entre as grandes potências, fez com que a reunião tivesse que ser encerrada sem resoluções significativas.

A seguinte rodada foi realizada em Doha, no Catar, onde não foi possível organizar um grande protesto da sociedade, o que deu liberdade aos países mais poderosos para pressionar e manipular os representantes dos países em desenvolvimento, colocando de novo a OMC nos seus "trilhos", e acrescentando novos temas à agenda de negociações.

A seguinte rodada ministerial foi em Cancun (México), onde a atitude surpreendente do camponês coreano Lee Kyung Hae, que tirou a própria vida em sinal de protesto contra a OMC, gerou um ambiente dramático. As ações bem organizadas das organizações sociais, além da tática de grupos de países como o G90 (que impediu a inclusão de "novos temas") e o G20 (que gerou contradições nas negociações sobre agricultura) conseguiram "descarrilar" o encontro. Porém essa vitória durou pouco, já que as negociações continuaram a se desenvolver no Conselho Geral em julho de 2004.

Desde Seattle, existe a rede Nosso Mundo Não Está a Venda (OWINFS em inglês). Ela é uma rede de organizações e redes nacionais e internacionais, movimentos sociais, organizações indígenas e ONGs, comprometidas na luta contra a OMC e acordos de livre comércio a nível continental, regional e bilateral. A rede é um espaço para compartilhar informação, experiências regionais e desenvolver campanhas internacionais

Para a 6ª reunião ministerial da OMC em dezembro de 2005 em Hong Kong, é a Hong Kong People Alliance, um conjunto de movimentos, sindicatos, ONGs, quem junto com a OWINFS e outros grupos principalmente da Ásia e junto a nós das Américas, estamos organizando

mobilizações, ações e encontros para dizer que é preciso parar a agenda neoliberal da OMC, que é melhor não assinar nenhum acordo que um acordo contrário aos interesses dos povos.

10 anos de OMC bastam!

8

A luta contra acordos de "livre comércio" nas Américas



Os povos das Américas lutam há vários anos contra essas políticas. Um exemplo importante foi a luta dos movimentos sociais no México, Canadá e Estados Unidos contra a imposição do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994. Após o lançamento da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), foram criadas articulações sociais multi-setoriais que uniam organizações do norte e do sul na resistência contra esse projeto.

Esse processo de articulação de mulheres, trabalhadores, camponeses, ambientalistas, indígenas estudantes e muitos outros grupos começou a se articular em 1997, em Belo Horizonte. Em 1998, ocorreu a primeira Cúpula dos Povos, em Santiago de Chile, de forma paralela a Cúpula dos Presidentes das Américas. A segunda Cúpula dos Povos foi organizada em Quebec (Canadá), em 2001, e contou com a presença de mais de 3.000 delegados e 50.000 manifestantes. Esse movimento gerou força suficiente para, que posteriormente fosse lançada a Campanha Continental contra a ALCA.

Em 2002, foi realizada a primeira consulta popular sobre a ALCA de caráter continental. Esse processo começou no Brasil e reuniu mais de 10 milhões de votos pedindo a imediata retirada do país das negociações. A Consulta Continental se estendeu até novembro de 2003 e foi apresentada em Miami, durante outra grande manifestação continental contra a ALCA, no marco do maior operativo repressivo montado pelo governo dos Estados Unidos para evitar os protestos nas ruas da cidade.

Desde então a negociação da ALCA está parada, e o calendário oficial que previa a assinatura do acordo até 2005 foi abandonado. Mas a cobiça das corporações e o imperialismo estadunidense não pararam por aí. A estratégia desde então tem sido, por um lado, dividir para dominar e, por outro, avançar nos fóruns multilaterais, como a OMC.

Outra estratégia é avançar nos acordos bilaterais e regionais. Em 2003 foi assinado o acordo bilateral EUA-Chile. Em janeiro de 2004 foi assinado o CAFTA (Tratado de Livre Comércio da América Central), que ainda não foi ratificado e sofre grande resistência nos parlamentos da Costa Rica, Nicarágua e Estados Unidos. Em maio de 2005 começaram as negociações para um Tratado Andino de Livre Comércio. Na região andina, apesar do poder da mídia corporativa, hoje a população desses países é majoritariamente contrária a esse acordo.

No II Encontro Hemisférico de Luta Contra a ALCA, realizado em Havana, em novembro de 2002, ficou clara a necessidade de ampliar nossa agenda para outros acordos comerciais, inclusive a OMC. O movimento continental foi a base das mobilizações que pressionaram

os governos reunidos em Cancun, em setembro de 2003, e logrou seu objetivo de “descarrilar a OMC”.

Mas a luta continua. Em 2005, a Campanha Continental decidiu priorizar as lutas contra os diversos TLCs (Tratados de Livre Comércio) que estão sendo negociados, inclusive com a União Européia, e os acordos bilaterais. Um dos principais desafios hoje é gerar consciência e mobilização contra a agenda neoliberal da OMC.

9

A agenda dos movimentos e das organizações sociais



Durante a Assembléia dos Movimentos Sociais, realizada em janeiro de 2005, no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, foram assumidos diversos compromissos como: lutar contra os acordos de “livre comércio”; trabalhar numa campanha pelo imediato e incondicional cancelamento da dívida externa e ilegítima dos países do Sul, apoiando esses países como credores de dívidas históricas, sociais e ecológicas; exigir o fim da ocupação do Iraque, e das ameaças ao Irã, à Venezuela e a outros países; apoiar as campanhas de desarmamento e desmilitarização; lutar pelo direito à alimentação e pelo direito dos povos, nações e camponeses de produzir os seus alimentos; apoiar campanhas contra a privatização da água e pela defesa da água como um bem público e um direito fundamental; lutar contra as transnacionais que violam direitos humanos; apoiar o povo palestino na luta pelos seus direitos fundamentais e nacionais;

pedir à comunidade internacional que imponha sanções políticas e econômicas a Israel, e apoiar ativistas israelenses na luta contra a ocupação dos territórios palestinos; condenar o bloqueio a Cuba e exigir um julgamento justo para os cinco cubanos presos nos EUA; exigir a retirada imediata de tropas do Haiti; compartilhar a luta contra as exclusões e pelos direitos dos migrantes e refugiados; apoiar campanhas pelos direitos das crianças e contra a exploração trabalhista e sexual.

Agenda de Mobilizações

2-8 de julho

Mobilizações na Escócia contra o G8.

25-30 de julho

“Conselho Geral dos Povos”, durante a Reunião do Conselho Geral da OMC em Genebra – Suíça.

7-15 de agosto

Festival Mundial da Juventude na Venezuela.

14-15 de agosto

Reunião do Conselho Hemisférico do Forum Social Mundial em Caracas.

10 de setembro

Dia Internacional de luta contra a OMC (Via Campesina).

26-30 de setembro

Encontro Mundial de Luta frente à Dívida Externa e Assembléia do Jubileu Sul em Havana.

7-8 de outubro

Assembléias Continentais de Mulheres e Jovens da CLOC na Guatemala.

9-11 de outubro

Congresso Continental da CLOC na Guatemala.



12 - 17 de outubro
Jornadas de Luta contra a ALCA e os Tratados de Livre Comércio.

12 de Outubro
Grito dos Excluídos Continental.

17 de outubro
Ações Mundiais da Marcha Mundial das Mulheres.

19 a 20 de Outubro
Mobilização Internacional contra a OMC, durante a Reunião do Conselho Geral da OMC em Genebra – Suíça.

5 de outubro a 17 de novembro
Jornadas Continentais « A Educação não se Vende » (REDE SEPA).

1-5 de novembro
III Cúpula dos Povos das Américas em Mar de Plata, Argentina.

1-5 de novembro
Fórum da Educação em Mar de Plata, Argentina.

4 de novembro
Mobilização Hemisférica da III Cúpula dos Povos das Américas sob a palavra de ordem NÃO A BUSH.

4-6 de novembro
II Encontro Mesoamericano de Mulheres (Guatemala).

12-14 dezembro
VI Fórum Mesoamericano. (Costa Rica).

10 -18 dezembro
Semana de Ação contra a OMC – Hong Kong e mobilizações globais.

25 – 29 janeiro
VI Fórum Social Mundial em Caracas, Venezuela.



Ao mesmo tempo em que lutamos contra o imperialismo e o “livre comércio”, discutimos e elaboramos propostas de alternativas para o nosso Continente e para as relações comerciais e entre nações.

“Alternativa para as Américas”

Desde 1998, a Aliança Social Continental (ASC) vem trabalhando na elaboração de propostas alternativas à ALCA. Em um esforço para unir diferentes setores (camponeses, migrantes, trabalhadores, mulheres, ambientalistas, indígenas, jovens, etc) tem proposto construir uma nova sociedade, que realize acordos internacionais baseados na reciprocidade, no benefício mútuo, na soberania nacional, na defesa do mercado interno e no respeito e preservação dos direitos fundamentais. O objetivo é formular “uma proposta integral para uma visão alternativa de desenvolvimento equitativo e sustentável das nossas sociedades”.

Para conhecer a proposta acesse o sítio da ASC www.asc-hsa.org.br

Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)

Em abril de 2005, em Havana, os governos de Cuba e Venezuela firmaram 49 acordos de cooperação que dão início à implementação da Alternativa Bolivariana para

as Américas (ALBA). “Alba significa ‘sol nascente’, significa um novo amanhecer nas Américas, onde os povos se levantam, dispostos a ser livres ou morrer”, anunciou o presidente Hugo Chávez.

Os acordos da ALBA incluem uma ampla gama de compromissos sociais e econômicos, baseados na solidariedade e no respeito à soberania dos povos. O primeiro ponto do documento diz respeito à saúde, com a formação de 30.000 médicos venezuelanos em Cuba. O governo cubano também se comprometeu a realizar 20.000 cirurgias em venezuelanos de baixa renda, que não têm acesso a, por exemplo, transplantes em seu país. Um dos programas em curso é a chamada “Operação Milagre”, através da qual milhares de venezuelanos cegos por problemas de catarata têm recebido atendimento em Cuba.

Para mais informação Portal ALBA - Venezuela ([http:// www.alternativabolivariana.org/](http://www.alternativabolivariana.org/)) e Página do Ministério de Comunicación e Información – Venezuela (<http://www.mci.gov.ve>).

Agricultura como Direito Humano

Uma vasta coalizão de movimentos e ONGs do Norte e do Sul, incluindo a Via Campesina Internacional, lançaram uma campanha internacional exigindo aos governos tirar agricultura e alimentação das negociações da OMC. Além disso, é proposto como alternativa o conceito de soberania alimentar, ou seja, o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, o que é ameaçado pelas negociações da OMC e o os acordos de “livre comércio” em geral.

A soberania alimentar só será alcançada quando os governos adotarem políticas que promovam a produção

sustentável, de base camponesa, e não o agronegócio e a produção orientada para a exportação. Isso significa pagamento de preços adequados para os camponeses, controle da oferta e regulação de importações para proteger a produção nacional de alimentos. A produção de alimentos deve ser compatível com padrões ambientais, sociais e de saúde. Isso inclui a proibição dos cultivos transgênicos. Soberania alimentar também inclui acesso à terra, sementes, água e outras fontes produtivas, além da proibição do patenteamento da vida. (Mais informações: www.peoplesfoodsovereignty.org/statements/state_wto_agri_sp/statement_01.htm)

O potencial do Mercosul

Sindicatos e organizações sociais vêm discutindo, com diversos níveis de engajamento, as propostas de integração chamadas "do Sul" ou os acordos Sul-Sul, como alternativas com um potencial contra-hegemônico, no sentido de integrações horizontais em termos de níveis de desenvolvimento e situação na geopolítica mundial. Frente à globalização agressiva proposta pela agenda do livre comércio, o agrupamento em blocos pode ser uma saída viável ao desenvolvimento autônomo dos países. No caso do Mercosul, esse processo ainda é uma promessa em termos de concretização de uma agenda de integração que vá além dos negócios das grandes empresas.

Para mais informação acesse http://www.ccscs.org/html_publicaciones_y_documentos/declaraciones/pyd_declaraciones_elmer0305br.htm declaração da Coordenadoras de Centrais Sindicais do Cone Sul)

Sites para consulta

www.focusweb.org

www.ourworldisnotforsale.org

www.movimientos.org/noalca

www.funsolon.org

www.rebrip.org

www.social.org.br

www.acaoterra.org

www.viacampesina.org

www.marchamundialdasmulheres.org.br

www.gritodosexcluidos.com.br

OMC
10 ANOS BASTAM!
2005

Lee! Mártir da Luta Camponesa Internacional



De 13 a 18 de dezembro de 2005 a sexta Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) vai acontecer em Hong Kong. Esse acontecimento vai ter fortes conseqüências. Ou a OMC finalmente se consolida como principal mecanismo global de liberalização do comércio ou se desmantela pela terceira vez. Isso significaria um abalo permanente sua função de instituição de garantia dos interesses das Corporações Transnacionais do Norte. Nós, trabalhadoras e trabalhadores, camponeses e camponesas, dalits, povos indígenas, pescadores e pescadoras, estudantes, migrantes e outras comunidades marginalizadas da Ásia em solidariedade com outros povos estaremos firmes na linha de frente da luta global contra a Reunião Ministerial de Hong Kong.

Abaixo a OMC!

*(Trecho da Declaração dos Movimentos
Sociais Asiáticos, reunidos em
Colombo/Sri Lanka em junho de 2005)*